Edição 21 - dezembro de 2008 - janeiro de 2009 | www.apubh.org.br

jornal da apubh

Publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais
de Belo Horizonte e Montes Claros

apubh
Sindicato dos Professores de Universidades
Federais de Belo Horizonte e Montes Claros











Felipe Zili

IMPRESSO
ESPECIAL
7317841705/DR/MG
A.P.U.B.H
CORREIOS

Devolução
Garantida
CORREIOS

VERDADES E CONSEQUÊNCIAS

Páginas 06

Segurança no Campus é tema de Seminário na UFMG

(pág. 13)

Prevenção às doenças dos docentes

(pág. 11)

\o/ expediente

Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH

Gestão 2008-2010

Rua Artur Itabirano, 70 – São José/ Pampulha – Cep.: 31275 020 – Tel.: (31) - 3441 7211 Fax: 3441-1303 "http://www.apubh.org.br" apubh@apubh.org.br

Diretoria Executiva:

· Presidente: José de Siqueira
· 1º vice-presidente: Armando G. M. Neves
· 2º vice-presidente: Carlos Barreira Martinez
. Secretário-Geral: Giovane Azevedo
· Vice-Secretária-Geral: Otávia F. de S. Rodrigues
· Diretor de Finanças: José Eduardo Borges Moreira
· Vice-Diretor de Finanças: Cristiano Gurgel Bickel
· 1º Suplente: Janetti Nogueira de Francischi
· 2º Suplente: João Maurício Lima de F. Mota

Diretorias Setoriais:

. Ciência e Tecnologia: Ronaldo Alves Pinto Nagem, Geraldo Magela de Lima, Jadson Claudio Belchior
· Etnia, Gênero e Classe: Dalmir Francisco
· Hospital Universitário: Mauro Ivan Salgado e Itamar Tatuhy Sardinha Pinto
· Política de Ensino Básico e Profissional: Myriam Tavares Pereira
· Diretoria de Política Educacional: Walter Ernesto Ude Marques
· Política Sindical: Renato José de Moura, Marlene Oliveira Teixeira de Melo
· Política Cultural: Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
· Seguridade Social: Cléber Paulo Verdolin

Jornal da APUBH

. Comissão Editorial: José de Siqueira, José Eduardo Borges Moreira, Cristiano Gurgel Bickel, Otávia F. de S. Rodrigues, Janetti Nogueira de Francischi, Dalmir Francisco
. Editor e jornalista responsável: Simone Ribeiro de Melo
Jornalista - MTB 11455/MG
. Projeto Gráfico: Denis Leroy
. Editoração: Leroy Studio
. Tiragem: 3000 exemplares

« memória



arquivo apubh

Alunos, servidores docentes e técnico-administrativos uniram-se e deram um grande abraço no Campus Pampulha

O MÊS: Abril
O ANO: 1998
O FATO: Greve

editorial

Devido à crise financeira, a pressão por corte nos gastos do governo é grande, especialmente por parte da mídia escrita e televisiva. Ficamos naturalmente inseguros quanto ao cumprimento do acordo salarial que pactuamos com o governo e que está na lei 11.784/2008. A lei prevê, além do reajuste havido em março de 2008, reajustes em fevereiro de 2009 e julho de 2010. No entanto, o governo pode deixar de dar esses reajustes, revogando a lei 11.784/08. Cabe a nós, tanto da diretoria da Apubh, quanto aos docentes da UFMG não deixarmos isto acontecer. Faremos todas as injunções e pressões políticas tanto sobre o governo, quanto sobre o congresso para que não sejamos nós a pagar esta conta. Mas, para isso, precisamos do apoio e participação de vocês.

A matéria principal desta edição é a implantação do Reuni na UFMG, assunto de debate promovido pelo Sindifes e pela Apubh. O Reuni trará impactos diretos na nossa vida cotidiana, desde o transporte para a UFMG, até a ausência de locais de estacionamento, passando pela falta de locais de trabalho apropriados para os novos docentes, de salas para aulas, de equipamentos didáticos adequados, de técnico-administrativos, além de turmas com número de alunos muito maior do que as que já temos hoje. Esses são fatores de estresse ainda mais agudos do que os que já vivenciamos. Sem falar que a segurança das pessoas ficará ainda mais fragilizada, com a enorme afluência de pessoas aos campi da UFMG a partir de março de 2009.

Outro assunto de que trataremos é a saúde dos docentes. Os dados mostram que transtornos mentais e de comportamento são a primeira causa de afastamentos de docentes na UFMG. As pressões da vida contemporânea nos têm levado a empregar cada vez mais nosso tempo ao trabalho, em detrimento de nossa saúde. Temos presenciado muitos de nossos colegas adoecerem e até falecerem cada vez mais jovens. Isso não é normal e no Japão ganhou até nome: *karoshi*, morte por excesso de trabalho.

Nós, docentes, não somos exceção. Pelo contrário, com um agravante sério: não assumimos que estamos doentes, nem paramos de trabalhar quando a doença se manifesta. Também não tiramos férias, pois férias são ótimas para dedicarmos nosso tempo ao trabalho que achamos que fica prejudicado durante o período letivo. Segundo muitos de nossos colegas, férias são a melhor época para fazer avançar a pesquisa, escrever artigos, publicar, pois o lema vigente é "publish or perish". Sacrificamos a vida pessoal e familiar, a saúde, enfim, a própria vida. Ninguém é insubstituível no trabalho, mas não se pode dizer o mesmo dos pais, mães, maridos ou esposas. É preciso tomarmos consciência de que nossa saúde e nossa qualidade de vida é que são insubstituíveis, pois só nos damos conta disso quando perdemos um ou outro.

Junto com esta edição, estamos enviando também um encarte com a situação das ações individuais, em grupo ou coletivas, que cada associado tem pela Apubh. Pretendemos atualizar essas informações anualmente, devido tanto à morosidade da justiça, quanto à possibilidade de cada um, individualmente, acessar os últimos andamentos de suas ações pela internet, a partir dos números dos processos informados no encarte.

Esta é uma edição especial do jornal da Apubh que engloba os meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009. Pedimos desculpas pelo atraso da última edição, mas a responsabilidade exclusiva do atraso foi da falta de compromisso da gráfica Fumarc.

Desejamos a todos um feliz ano de 2009!

» índice

Opinião: Até quando a corda vai apertar? Janetti Nogueira de Francischi.....Página 04
Jurídico.....Página 05
Capa: O Reuni já é realidade na UFMG .....Página 06
Campi UFMG.....Página 11
Setorial.....Página 13
Notícias.....Página 14
Espaço do Associado.....Página 15
Agenda.....Página 16

+ opinião

ATÉ QUANDO A CORDA VAI APERTAR?

Janetti Nogueira de Francischi
Professora Associada do departamento de Farmacologia
Instituto de Ciências Biológicas – UFMG
Membro da Diretoria da APUBH

Fui criada em uma família descendente de italianos e portugueses, onde todos, para vencer em alguma coisa, teriam que se dedicar. Caso contrário, segundo minha avó, ninguém seria nada na vida...

Quando entrei na Universidade de Minas Gerais, em 1985, então como professora assistente IV, o departamento de Farmacologia havia feito uma definição: de que só contrataria professores com doutorado, para investir de maneira especial na área de pesquisa. Como os professores mais antigos hão de concordar comigo, naqueles idos da década de 80, a pesquisa científica ainda era ainda muito incipiente na UFMG, salvo raras exceções.

Com o doutorado, a necessidade de iniciar a orientação na pós-graduação se impunha. Mas fazer pesquisa como, sem financiamento? Também naqueles idos, a FAPEMIG lutava para estabelecer seu orçamento entre os 1 ou 3 % da Receita do Estado, e poucos eram os professores com acesso às verbas para pesquisa junto ao CNPq. Apesar da falta de financiamento, apostávamos. E ensine seu aluno de graduação a fazer pesquisa, que ele será um excelente pós-graduando...

Assim, e em meio aos encargos didáticos na Graduação, com 20 (Biologia), 60 (Odontologia) e/ou 180 (Medicina) alunos, começávamos a orientar nossos primeiros alunos de pós-graduação. E com eles, veio a necessidade de criar novas disciplinas para a Pós-Graduação. Houve uma diminuição de 36 % da força de trabalho do departamento entre os anos 85 e 2008, com 50 % de acréscimo de encargos, encargos esses especialmente relativos à adesão a PG.

Aí vieram as cobranças para o pós-doutorado, que significava ir para o exterior, viver em outra cultura e aprender mais, sempre mais. Com o pós-doutorado, esperava-se que os horizontes científicos do professor fossem ampliados, e assim se tornaria mais "fácil" publicar artigos científicos em revistas internacionais de impacto, a grande moeda de troca, das Instituições de pesquisa. O que melhoraria sobremaneira a avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela CAPES, e em conseqüência da Universidade. Na verdade, a CAPES se tornou o órgão diretivo das atividades de pesquisa e pós-graduação das Universidades no Brasil.

Afinal, melhor a avaliação do Programa, mais dinheiro para a pesquisa e pós-graduação, e mais estudantes para o professor orientar...

Nesse ínterim, a infra-estrutura do Instituto foi-se deteriorando, em especial em decorrência das intempéries climáticas de final do ano, que assolam Belo Horizonte. A Unidade está totalmente obsoleta, e com exceção de alguns poucos laboratórios, a estrutura continua a mesma de 1985, quando cheguei.

Eu nunca vi nada de diferente em todo o tempo em que estou aqui: os professores tiveram que lutar para conseguir seus computadores, suas cadeiras e mesas para trabalhar, além de terem que obter o financiamento da sua própria pesquisa. Não foi a Universidade que ofereceu.

E a CAPES exigindo, agora, a publicação de 3 trabalhos científicos com impacto maior que 1 por professor por ano, para manter o nível do Programa...

E chegou o decreto Reuni. "A Universidade precisa melhorar seu orçamento para fazer frente às demandas", então a saída é aderir ao que é apresentado. Vamos aumentar o número de vagas, vamos criar mais Cursos de Graduação, vamos colocar alunos de pós-graduação para completar o quadro docente, e assim teremos mais dinheiro. E a qualidade do que é oferecido? Até quando a corda vai apertar?

Eu acho que os dirigentes da UFMG não gostam dos professores. Há tempos eles não gostam. Não se importam à mínima, porque senão teriam olhado para dentro de seus muros e veriam que não há mais condição de exigir nada mais dos seus professores.

Eu estou no meu limite. E você?

jurídico



O CONTRATO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

Flávia da Cunha Pinto Mesquita
Assessora jurídica da APUBH
Integrante do escritório Geraldo Marcos & Advogados Associados.

A carreira do magistério superior engloba as classes de professor titular, professor associado, professor adjunto, professor assistente e professor auxiliar. O acesso a estas é possível apenas pela aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, nos termos do art. 37, II, da Constituição da República.

Assim, a contratação de professores substitutos pode ocorrer exclusivamente pela via da contratação temporária, prevista no art. 37, IX, da Constituição e não aquela prevista na CLT, **tendo em vista que se trata de contrato de regime administrativo especial.**

Portanto, não são assegurados aos professores substitutos os direitos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas, inclusive, no que se refere às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Essa contratação é regulamentada pela Lei 8.745/93, alterada pelas Leis 9.849/99 e 10.667/03, que estabelece que o contrato firmado com esse tipo de profissional constitui-se contrato temporário de excepcional interesse público, sendo realizado exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória, limitada a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da Instituição. Nos termos das Portarias Interministeriais 24/2007 e 224/2007 a totalidade de vagas é expressa pela unidade de professores-equivalentes, que, na UFMG atualmente é de 3.812.

Assim, aprovado em processo seletivo simplificado, segundo disposto no artigo 3º da lei 8.745/93, o professor está apto a firmar o contrato temporário com a Administração Pública, pelo período de um ano, prorrogável por igual período.

Na hipótese do contrato temporário ultrapassar o prazo fixado pela lei, este deve ser declarado nulo, sendo reputado como contrato de natureza trabalhista comum, conforme já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça – STJ, no Conflito de Competência 89910/SP.

Neste caso, a Justiça do Trabalho será competente para apreciar as demandas judiciais, sendo que a Súmula 363 do Tribunal Superior do Trabalho ordena o pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e, ainda, o pagamento do FGTS relativo a todo o período trabalhado.

No que se refere ao regime previdenciário, os professores substitutos são vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos do artigo 8º da Lei nº 8.745/93, da Lei nº 8.647/93 e do §13º do art. 40 da Constituição, sendo a UFMG obrigada a reter, para repasse ao INSS, a contribuição destinada à previdência social, que atualmente consiste no valor de 8% sobre o salário de até R$ 911,70, de 9% sobre o salário acima de R$ 911,71 e até 1.519,50 e de 11% sobre o salário de 1.519,51 (um mil, quinhentos e dezenove reais e cinqüenta e um centavos) até 3.038,99 (três mil e trinta e oito reais e noventa e nove centavos), que é o atual teto do regime geral da previdência.

O tempo de serviço prestado nessa condição poderá ser utilizado para contagem do tempo de contribuição perante o INSS ou perante o Regime Próprio de Previdência, nesse caso dependente da averbação, o que se dará mediante apresentação de certidão a ser emitida pelo INSS.

Para mais informações, a assessoria jurídica da APUBH atende os filiados, nos plantões realizados às segundas, de 10h às 13h e quartas, de 15h às 18h.

capa

O REUNI JÁ É REALIDADE NA UFMG

Debate sobre a implantação do programa mobilizou docentes, técnico-administrativos e estudantes da Universidade

Três horas e 45 minutos. Esse foi o tempo de duração do debate sobre "A implantação do Reuni na UFMG", promovido pelo Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros –APUBH e o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino Superior de Belo Horizonte- Sindifes/BH, no dia 27 de novembro. Realizado no auditório I da Escola de Ciências Exatas- ICEx, a atividade mobilizou a comunidade universitária que lotou auditório e participou ativamente da discussão.

O debate partiu de uma iniciativa dos servidores docentes, técnico-administrativos e discentes, uma vez que a reitoria da UFMG não os tem informado completamente sobre o andamento do processo de implantação do Reuni. Desta forma, o objetivo foi apresentar à comunidade universitária e à administração central da UFMG as perguntas, questionamentos e angústias sobre as condições em que o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI está sendo implantado. Na abertura do debate, o presidente da Apubh, professor José de Siqueira reforçou a importância da reflexão sobre o Programa e da participação de representantes da comunidade universitária.

A mesa de debate foi composta pela professora Carmela Maria Polito Braga, Pró-Reitora adjunta de Graduação da UFMG, pelo Professor José Nagib Cotrim Árabe, Pró-Reitor de Planejamento, Rosângela Gomes da Costa, representante do Sindifes e Anamaria Gallo, coordenadora do Diretório Central dos Estudantes- DCE e os professores Bismarck Vaz da Costa, diretor do ICEX e Fernando Amorim de Paula, diretor da Escola de Engenharia.

O processo de implantação e os objetivos do Reuni foram abordados pela professora Carmela. "Nós estamos em fase de implementação do Reuni e tem duas coisas que estão acontecendo paralelas: uma que é o trabalho da infra-estrutura: o projeto das novas acomodações físicas, das expansões que têm que ser feitas, a negociação dos caminhos legais para se conseguir implementar as obras. E a outra, que é o lado mais acadêmico e envolve o trabalho de construção os projetos pedagógicos dos cursos novos, que estão sendo criados", informou.

De acordo com a Pró-reitora, a equipe responsável pela implantação do Reuni tem acompanhado a composição dos currículos e a definição dos princípios dos novos cursos, visando a garantir o atendimento aos critérios da concepção de cursos do Reuni. Durante o processo tenta-se "enfocar os elementos diferenciadores em termos da reestruturação mais acadêmica dos cursos da Universidade, já que o Reuni não é só um projeto de expansão, mas também de reestruturação da universidade em que se busca um conceito de curso mais flexível", completou.

Outra questão abordada foi a proposta de criação de um centro de produção de material didático, que está previsto no projeto Reuni da UFMG, e é considerada como apoio fundamental à implantação de metodologias novas que envolvem alguns recursos de ensino a distância e uso de equipamentos de aporte pedagógico que possam promover condições de acesso às disciplinas e um acompanhamento mais detalhado, sobretudo em atendimento a grandes volumes de disciplinas. A questão é, quem vai produzir esse material, uma vez que os docentes estarão cada vez mais sobrecarregados?



O presidente da APUBH abriu o evento destacando a importância do debate

Fotos: Felipe Zili



Prof. Carmela: "Nós estamos em fase de implementação do Reuni"

Fotos: Felipe Zili

Pós-graduação

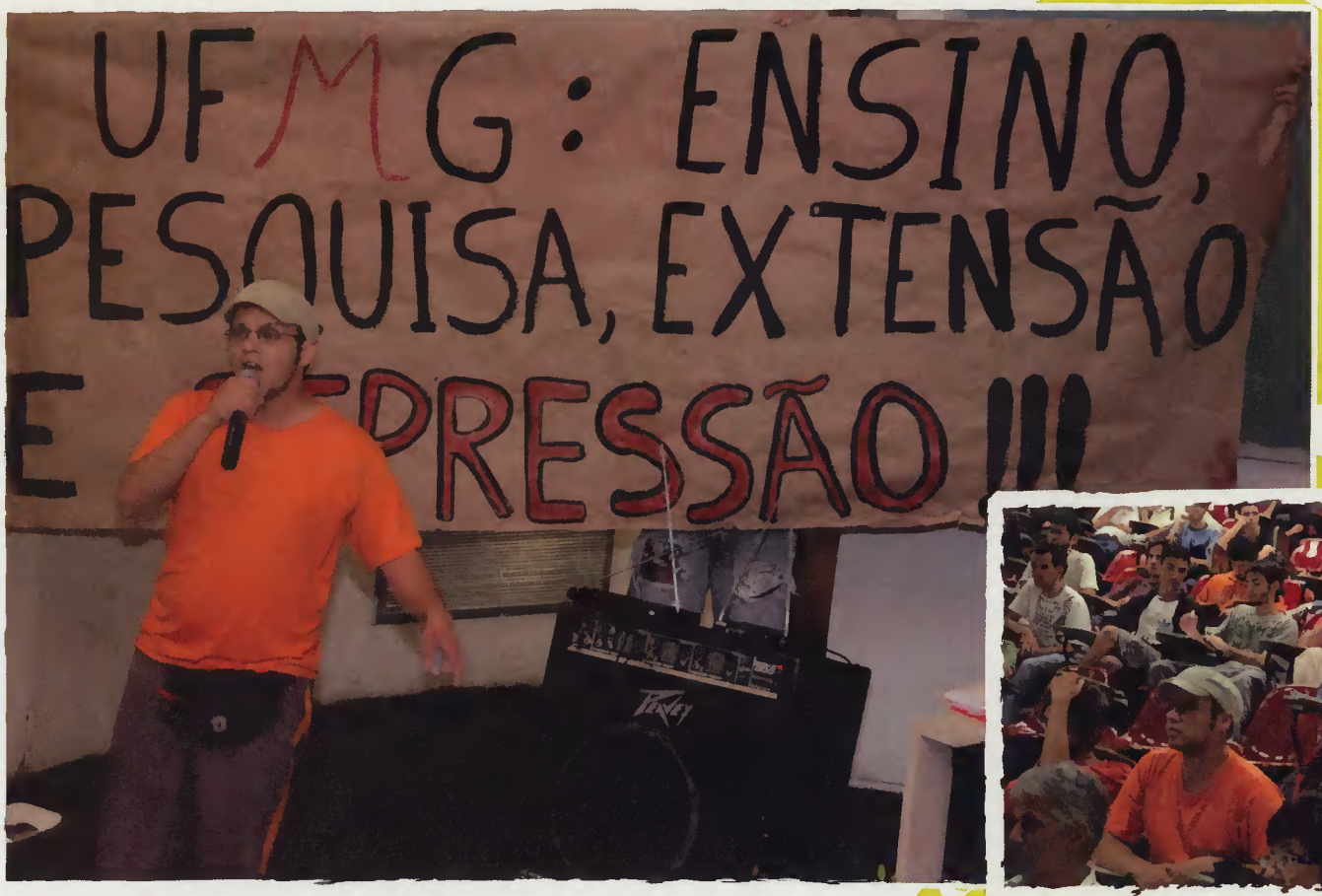
A substituição de docentes em salas de aula por alunos bolsistas de pós-graduação que estariam trabalhando sem carteira assinada e desempenhando atividades de responsabilidade dos docentes concursados foi outro ponto bastante discutido pelos presentes no debate. Para Rosângela Gomes da Costa, representante do Sindifes, "Estudante, bolsista e monitor não têm que substituir servidor técnico-administrativo e muito menos docente em sala de aula. Se ele tem bolsa, tem que estar aqui para estudar".

Carmela Maria Polito Braga, Pró-Reitora adjunta de Graduação da UFMG, afirmou que os bolsistas de pós-graduação no mundo inteiro participam de equipesde ensino. "É muita hipocrisia a gente falar que nós vamos começar a trabalhar com alunos de pós-graduação no ensino de graduação, porque a grande maioria dos professores substitutos que nós temos há muito tempo são exatamente os nossos alunos de pós-graduação, só que ganhando um salário bem pequeno e sem limite de horas", confirmou.

O atual projeto do Reuni estabelece o máximo 8 horas semanais de atividade para os bolsistas de pós-graduação, mas sob a supervisão de um docente, que por sua vez, é o responsável pela equipe. A preocupação maior dos docentes presentes ao debate é com a possibilidade dos bolsistas de pós-graduação serem responsáveis integralmente pelas aulas podendo assim diminuir a qualidade do ensino.

De acordo com Carmela, há um esforço para se montar equipes pedagógicas, tal como praticado em muitas universidades do mundo, em que as equipes de ensino são constituídas não só por docentes, mas também por estudantes de pós-graduação, sendo que indubitavelmente para qualquer disciplina, de qualquer curso em qualquer turno o tratamento é o mesmo, sempre um docente responsável pela disciplina. Neste modelo cada departamento teria flexibilidade para definir as especificidades das suas equipes, sabendo que o departamento não pode entregar uma disciplina para um estudante de pós-graduação sem ter um docente e, na articulação das equipes esse docente responsável pelo programa, pelos conteúdos, pela organização (articulação) daquela disciplina com a equipe então fará as suas definições.

Fotos: Felipe Zili



Durante o debate, estudantes fizeram um protesto contra a expulsão de dois colegas por envolvimento com o movimento estudantil.

O auditório do ICEX ficou lotado de docentes, técnico-administrativos e estudantes

Concurso para docentes e técnico-administrativos

Rosângela Gomes da Costa, representante do Sindifes questionou os dirigentes da Universidade pelo fato de os servidores técnico-administrativos não serem convidados a participar das discussões sobre a implantação do Reuni e também "a ausência da citação do técnico-administrativo como componente da comunidade universitária" tanto no projeto do governo quanto no da UFMG. Além disso, cobrou providências sobre a crescente substituição de pessoal concursado por profissionais terceirizados. "A Cruz Vermelha já está na Universidade sem o Reuni assumindo funções que não deveria e que são ilegais. Isso precisa ser discutido, pois é uma questão universitária", disse. É necessária uma humanizaçao das relações e o respeito aos três segmentos da instituição e a construção de uma gestão que seja realmente democrática, transparente e sensível às demandas de todos.

O projeto do Reuni enviado para o Ministério da Educação prevê a contratação de docentes e técnico-administrativos em um processo de contratação através de concursos que será finalizado em 2011. De acordo com a pró-reitora de Recursos Humanos, Elizabeth Spangler, a Universidade já tem disponível 62 vagas de docentes distribuídas aos departamentos, sendo que alguns optaram pela nomeação do segundo colocado em concurso público ainda vigente, ao invés de realizar um novo processo de seleção. "Então alguns docentes já estão sendo nomeados, o processo de nomeação já está tramitando e tomam posse em dezembro ou em janeiro", explicou a pró-reitora durante o debate.

Ainda de acordo com ela, o preenchimento do restante das vagas será feito mediante concurso público, mas o início da contratação vai depender do edital do concurso, do prazo de inscrição e de realização de provas. "Alguns docentes que certamente tomarão posse a partir de março, porque o concurso termina já em março e outros posteriormente por conta da definição de cada departamento. E a nossa previsão para o início do ano é de ter, por volta do final de fevereiro e março, pelo menos mais 40 docentes em sala de aula para o exercício do primeiro semestre", afirmou. O número de contratações pode aumentar dependendo das atividades de cada departamento e da opção que fizerem entre abrir novos concursos ou convocar candidatos aprovados em outras seleções.

Também está prevista a realização de concurso para os servidores técnico-administrativos, inclusive para o código de vagas referentes aos cargos já estão à disposição da Universidade para preenchimento das vagas que compõem o cronograma do processo seletivo para o ano de 2008. O Ministério da Educação- MEC negocia com o Ministério do planejamento a antecipação de nomeação de alguns cargos

>> Página 8

ainda em 2008 para entrada em exercício em 2009. "Nós pedimos que fossem antecipados 103 cargos agora para dezembro de 2008, mas vai depender da negociação com o ministério do planejamento para o MEC autorizar ou não", informou a pró-reitora. A portaria 1226 do MEC traz o escalonamento de previsão de vagas de docentes e técnico-administrativos para todas as universidades federais e cefet's referentes à expansão anterior ao reuni, a expansão realizada com o Reuni e a educação à distância através da Universidade Aberta do Brasil - UAB. A Universidade Federal de Minas Gerais já recebeu 15 vagas para docentes e 7 para técnico-administrativos para ser implantado em 2009 na UAB.

Carmela Maria Polito Braga, Pró-Reitora adjunta de Graduação da UFMG, ressaltou o fato de que o projeto da universidade tenta atender aquilo que é possível dentro dos critérios que são colocados como, por exemplo, manter uma relação de 18 alunos por docente, descontada a participação da universidade na pós-graduação. Além disso, o projeto deveria atender o limite de crescimento mínimo de 20% e o valor do recurso que a Universidade tinha disponível. O planejamento feito pela equipe teve que contemplar todos esses elementos, isto é, respeitar o limite da verba para contratação docente, para volume de técnico-administrativos e para cada uma das rubricas: custeio, laboratórios e etc. "O projeto tem uma lógica para conceber a distribuição de recursos em todas as rubricas fundamentais para a sua implementação, não é um chute no escuro", afirmou.

Ainda de acordo com a pró-reitora, a lógica do projeto é a seguinte: cada 50 vagas criadas no curso demanda a alocação de 8 vagas docentes equivalentes e 7 servidores técnico-administrativos. Os recursos para contratação de servidores e implementação do Reuni são repassada os universidade à medida que as vagas novas são publicadas no edital do vestibular na proporção em que elas são criadas e ao longo daquele ano. Desta forma, em 2008, a universidade recebeu recursos financeiros e vagas técnico-administrativas e vagas docentes proporcionais às 30 vagas do ano de 2007 que foram do curso de conservação e restauração. "Em 2009 virá um volume maior de recursos, pois estaremos implantando 1300 e pouquinhas vagas entre expansão de cursos existentes e criação de vagas em novos cursos e novas vagas de técnico-administrativos", completou.

Estudantes

A representante do DCE- UFMG, Anamaria Gallo, questionou a forma como o Reuni foi implantado e a falta de uma consulta



Fotos: Felipe Zili

Annamaria Gallo: " o Reuni foi aprovado pelo conselho universitário em outubro com toda a bancada dos estudantes sendo contra" .



Professor Fernando Amorim:
o diretor apresentou a proposta dos novos cursos de engenharia criados a partir do Reuni.

Fotos: Felipe Zili



José Nagib, pró-reitor de planejamento o impacto do Reuni sobre as ciências exatas é mínimo, o impacto maior será sentido pelos cursos de ciências humanas e sociais aplicadas



Rosângela, representante do Sindifes: a principal falha do projeto do governo é não informar qual o papel do servidor técnico-administrativo nessa questão do suporte acadêmico



Bismarck: discutiu o teor do documento do projeto do Reuni na UFMG

aberta à comunidade universitária. Em junho de 2008, a reitoria enviou uma circular aos Diretórios Acadêmicos – DA's e Centros Acadêmicos – CA's da UFMG, convidado os estudantes para discutir a proposta. No entanto, a discussão não foi realizada, pois, de acordo com Anamaria, apenas foram prestados esclarecimentos sobre o Reuni, sem abertura para o questionamento.

"O Reuni foi aprovado pelo conselho universitário em outubro com toda a bancada dos estudantes sendo contra ao reuni e explicando porque era contra o reuni e pedindo mais tempo para discutirmos a criação com qualidade, mais tempo para que a comunidade fosse verdadeiramente escutada. O reuni passou, mas passou mão de quem? Dos estudantes que são a maioria? Os estudantes não votaram contra porque o reitor não deixou", questionou.

Os estudantes lotaram o auditório do Icex e expuseram as suas dúvidas sobre o Programa. Com palavras de ordem e exibindo faixas de protesto, um grupo de estudantes criticou a política de repressão ao movimento estudantil adotada pela reitoria, citando o exemplo dos estudantes que estão sendo expulsos por causa de uma manifestação no bandejão. Durante o protesto, Daniel, estudante de biologia e membro do DCE/ UFMG, afirmou que "duas pessoas estão sendo expulsas agora no fim do semestre, ou seja, quando é mais difícil mobilizar e organizar e debater as questões como deveria se dar numa universidade, nesse momento de maior dificuldade de diálogo". Para ele, a reitoria estaria promovendo sorrateiramente uma verdadeira campanha de caça às bruxas contra a organização do movimento estudantil da UFMG, inclusive com o jubilamento de alguns estudantes e a suspensão de outros cinco estudantes pelo período de seis meses.

Janetti de Francischi, professora do Instituto de Ciências Biologias - ICB e diretora da APUBH ressaltou que a questão não é ser contra ou a favor do Reuni, "a questão é que nós temos que melhorar o que existe agora, pois não temos a menor qualidade se compararmos, por exemplo, com 23 anos atrás quando eu entrei nessa universidade. Nós não temos condições de tocar um trabalho sério se não tivermos qualidade, se o Reuni for realmente implantado. Então, eu digo que é ótimo que é muito bom, que mais pessoas entrem, tenham acesso à universidade, mas isso tem que ser feito com seriedade e especialmente com qualidade".

José Nagib Cotrim Árabe, Pró-Reitor de Planejamento, afirmou que não há problemas para implantação do Reuni com qualidade em 2009. "Apesar de entrarmos com um maior número de vagas, porque não chega todo mundo de repente. A maior parte das vagas que serão acrescidas no ano que vem é no noturno, ocupando lugares que não são ocupados hoje. Nós teremos outros problemas no noturno, mas não serão de espaço físico no primeiro ano. Agora em 2010, a situação pode ficar crítica se esses prédios não ficarem prontos". No entanto, já em março de 2009, não haverá mais o estacionamento do Instituto de Ciências Biológicas – ICB, devido às obras do CAD de Ciências Biológicas.

Das vagas propostas para o Reuni, 50%, metade delas está na área de ciências sociais aplicadas, 31% na área de ciências da vida e 19% está na área de ciências exatas e engenharia, é a menor delas. A pressão que a área de ciências exatas e engenharias e a área de ciências da vida faz sobre a área de ciências humanas e sociais aplicadas é maior que o inverso. Números que contradizem a idéia corrente de que a área de exatas seria a mais afetada pelo Reuni.

José de Siqueira encerrou o debate lembrando que a administração central da UFMG tem tido uma postura impositiva e até mesmo autoritária na implantação do Reuni, autorizando a criação de cursos sem a aprovação dos departamentos envolvidos e sem discutir com a comunidade os impactos e as formas de implantação.

@campi ufmg

DOCENTE PRODUTIVO É O DOCENTE SAUDÁVEL

Cuidados com a voz e diminuição do ritmo de trabalho devem fazer parte da rotina dos docentes

Transtornos mentais e comportamentais foram os responsáveis pelo afastamento de 20,1% dos professores que buscaram atendimento médico no SAST- Serviço de Assistência à Saúde do Trabalhador, em 2007. Os dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos mostram ainda que as doenças do Sistema Osteomuscular com 14,3%, as lesões, envenenamento e algumas outras conseqüências de causas externas com 10,6% e as Neoplasias com 9%, constituem os quatro grupos de diagnósticos que, em conjunto, somam 55,1% do total de afastamentos".

A Universidade Federal de Minas Gerais possui 2446 docentes (graduados, especialistas, mestres, doutores e livre docentes), mas os números apresentados correspondem à apenas 6,6% deste total. Isto porque apenas 174 professores procuraram o SAST para relatar problemas de saúde. Deste percentual, 97,1% (169) são do quadro permanente (professores da ativa) e 2,9% (5) professores substitutos. Entretanto, estas estatísticas não permitem uma avaliação precisa das condições de saúde dos docentes, pois a grande maioria dos docentes recorre às clínicas e profissionais sem vínculo com a universidade, e por isso os números não refletem a totalidade dos problemas. Isto também impede a formulação de políticas ou iniciativas eficientes para a melhoria das condições de saúde dos docentes.

Ainda de acordo com os dados da Prorh, do total dos 174 docentes que foram atendidos, 63,2% (110) se afastaram, pelo menos uma vez, para tratamento da própria saúde, totalizando 189 afastamentos. Isto significa que alguns docentes afastaram-se mais de uma vez durante o ano de 2007.

O documento do Ministério da Saúde que disciplina a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador - PNSST descreve o perfil de adoecimento dos trabalhadores que está relacionado à coexistência de vários fatores. O primeiro grupo corresponde às queixas que têm relação com as condições de trabalho específicas, como os acidentes de trabalho típicos e as "doenças profissionais"; doenças que têm sua freqüência, surgimento ou gravidade modificada pelo trabalho, denominadas "doenças relacionadas ao trabalho" e; doenças comuns ao conjunto da população, que não guardam relação de causa com o trabalho, mas condicionam a saúde dos trabalhadores.

Doenças profissionais

A doença profissional mais conhecida é a DORT (Distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho), conhecida mais popularmente como LER (lesão por esforço repetitivo). São alterações e sintomas de diversos níveis de intensidade nas estruturas osteomusculares (tendões, sinovias, articulações, nervos, músculos), além de alteração do sistema modulador da dor. Esse quadro clínico é desenvolvido por trabalhadores que desempenham atividades que demandam a execução de movimentos repetitivos; a aplicação de esforço e força e adoção de postura inadequada, principalmente ao sentar-se e utilizar o teclado do computador.

Especialista em mãos e dor em membros superiores, Patrícia Neto Barroso, aponta que "as maiores queixas dos docentes atendidos em seu consultório estão relacionadas às algias (dores) localizadas no ombro, cotovelo e mão que se acentuam no período noturno". O quadro de DORT pode ser agravado pelo tempo, se o tratamento não começar imediatamente, o quadro torna-se crônico e o tratamento tende a tornar-se mais demorado e complexo.

Os docentes devem ficar atentos aos seguintes sinais: parestesias (desordem nervosa caracterizada por sensações anormais e alucinações sensoriais) noturnas ou matinais; mialgias (dores musculares); "cansaços" em pontos bem definidos; tensões na região posterior do pescoço irradiando para o couro cabeludo e/ou braços, cefaléias; dificuldades em desenvolver dificuldades relacionadas a raciocínio. O estresse emocional também pode ser considerado como um fator de risco.

"Os professores, assim como qualquer individuo que execute suas atividades profissionais em posições definidas como estáticas e sem muitas variações, devem praticar esportes ou atividades aeróbicas, estar atento aos primeiros sinais de dores ou cansaços musculares e praticar alongamentos pelo

menos duas vezes ao dia da musculatura dos braços e pernas. Outro fator que beneficia o indivíduo em todos os aspectos e a busca pelo alto-conhecimento definindo quais atividades geram prazer e satisfação e tentando incluí-las em seu cotidiano", recomenda Patrícia.

Outro problema bastante freqüente entre docentes é a perda da voz por períodos breves ou prolongados dependendo da gravidade do caso. De acordo com a professora e coordenadora do curso de Fonoaudiologia da UFMG, Letícia Teixeira, "os problemas de voz mais comuns são a fadiga vocal e disfonias, alterações vocais que podem se apresentar com ou sem alterações orgânicas, ou seja, podem ser de origem só comportamental ou evoluírem para alterações organofuncionais".

Os sinais de possíveis problemas são rouquidão, dor ao falar, cansaço vocal, falhas na voz, pigarro constante, falta de ar para falar, perda da voz e/ou piora da qualidade vocal ao longo do dia. Os sintomas podem apresentar-se em conjunto ou isoladamente. Letícia ressalta que "o docente deve procurar um fonoaudiólogo quando apresentar queixas vocais ou quando apresentar alguns destes sintomas por mais de quinze dias. Ele também pode procurar um fonoaudiólogo para receber orientações sobre os cuidados com a voz e como melhorar ou otimizar sua competência comunicativa para falar ao público".

Ainda de acordo com a fonoaudióloga, o tempo de recuperação depende da alteração e da demanda vocal, mas "em média problemas vocais precisam de 8 a 12 semanas de tratamento fonoaudiológico seguidos sempre de reavaliações otorrinolaringológicas", afirma. Ela ainda recomenda aos docentes não fumar, não gritar, beber 2 litros de água diariamente ao longo do dia, cuidar de alergias e minimizarem o barulho ambiental, que obriga muitas vezes ao uso da voz em alta intensidade.

Doenças relacionadas ao trabalho

Hipertensão arterial, doenças coronarianas, neoplasias (câncer), varizes dos membros inferiores e doenças do aparelho locomotor são exemplos de doenças em que o trabalho pode ser um fator de risco, contributivo, mas não é determinante no processo de desencadeamento da doença. Neste sentido, outros fatores podem influenciar o processo,

tais como a pré-disposição genética, o sedentarismo, o estresse e a má alimentação. Afastada das atividades acadêmicas em 2003 para tratamento de uma neoplasia, a professora da Faculdade de Educação, Samira Zaidan, afastada em 2003, explica que "segundo avaliações de médicos, a mim colocadas, o excesso de trabalho e o stress criam no organismo maior possibilidade para contrair doenças. O câncer é considerado uma doença "oportunista", nesse sentido".

Já o professor Eduardo Mortimer, relacionou diretamente o acidente vascular cerebral sofrido no início deste ano com o desgaste de trabalho, mas reconhece que "o desgaste de trabalho é uma das razões, pois é claro que o AVC é multicausal, afirma. Mortimer aponta ainda que "a questão do excesso de trabalho é sempre uma coisa perigosa, pois sempre coloca você no limite".

Para os professores, a doença serviu como um alerta e apontou a necessidade de mudanças em sua rotina de trabalho. "Eu resolvi mudar um pouco a minha vida, no sentido de ter mais qualidade de vida, trabalhar menos e com isso minimizar os riscos, pois quem teve AVC uma vez está mais propenso a uma recaída", conta o professor Mortimer.

"Eu retornei ao trabalho em 2004 num ritmo mais adequado e saudável, mas volta e meia tenho recaídas diante das demandas e também do meu "vício" com o trabalho. Creio que a nossa situação de trabalho demanda "vigilância" para que mantenhamos um ritmo saudável, especialmente na educação, pois muitas vezes queremos salvar o mundo", destaca a professora Samira Zaidan.

Entre os docentes, no geral, a maior dificuldade apresentada é a de equilibrar a decisão de trabalhar dentro de certo ritmo ou limite e certo número de horas e as pressões que vão surgindo. As atividades de chefia, pesquisa, aulas na graduação e pós-graduação e os projetos de extensão tornam excessiva a rotina dos docentes. Se de um lado a cobrança é importante e necessária, pois se trata de uma instituição pública com responsabilidades sociais, por outro há um excesso que precisa ser repensado, principalmente a partir da implementação do Reuni na instituição e o aumento da demanda de trabalho.

[ ] setorial

A UFMG É UM LUGAR SEGURO?

Seminário discute ações de prevenção à violência nos campi da Universidade

Roubos, assaltos, furtos, agressões físicas e verbais estes foram os assuntos abordados no I Seminário Institucional sobre Segurança Universitária, realizado, no dia 11 de novembro, no auditório da Reitoria. Promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Apubh, Sindifes, e o DCE – Diretório Central dos Estudantes. Os quatro segmentos somaram esforços para a promoção de mudanças na política de segurança da Universidade após o incidente ocorrido em abril deste ano, em que estudantes entraram em confronto com a Polícia militar durante a exibição de um filme sobre maconha, no Instituto de Geociências – IGC.

O Seminário é o primeiro resultado de uma ação conjunta das entidades visando o desenvolvimento de estratégias de combate à violência nos campi da Universidade. Na abertura do evento, o reitor Ronaldo Pena destacou a importância da promoção de uma discussão com atores diversos para a construção de um consenso sobre o problema da segurança na universidade.

O planejamento do Seminário envolveu também a comunidade universitária que contribui com relatos de situações de violência sofridas ou presenciadas nos campi UFMG. Cerca de 1700 pessoas responderam ao questionário eletrônico enviado via e-mail. As queixas mais comuns estão relacionadas a problemas de furtos de computadores, livros, equipamentos eletrônicos e carros. Esses casos já eram de conhecimento da Universidade e seu setor de segurança.

As vítimas da violência nos campi, geralmente, acionam a segurança universitária e ou a polícia militar. Mas a maioria prefere omitir-se por acreditar na impunidade dos criminosos e na pouca eficiência das medidas de prevenção e combate à violência.

Os pedidos de implementação de políticas mais severas também deram a tônica das respostas do questionário. A principal sugestão foi a de adoção de um sistema de controle de entrada e saída dos prédios da Universidade, a exemplo, do sistema adotado no Instituto de Ciências Biológicas- ICB.

Segurança no campus

Os problemas com a segurança na UFMG são antigos e têm demandado a atenção da comunidade universitária, especialmente a do Campus Pampulha, que em um dia normal de aulas chega a ser freqüentado por aproximadamente 50 mil pessoas, que estudam, trabalham, prestam serviços ou realizam atividades em uma das unidades acadêmicas e administrativas da universidade. Essas circulam por todo o campus que possui uma área total de 3,2 milhões de metros quadrados, com seis portões de acesso. Esses números são expressivos e dão uma idéia de quão séria é a questão da segurança. Vigiar todas as unidades acadêmicas, administrativas e áreas de circulação não é tarefa das mais fáceis. Para isso, a UFMG conta com uma Divisão de Segurança Universitária, vinculada ao DSG- Departamento de Serviços Gerais. O setor é responsável pela segurança dos discentes, servidores técnico-administrativos, docentes e demais pessoas que freqüentam a universidade, além da preservação patrimonial.

De acordo com Enéas Rocha do Nascimento, diretor da Divisão de Segurança Universitária - DSU, atualmente, a segurança do Campus Pampulha é feita por 105 vigilantes terceirizados e 57 do quadro permanente de funcionários da instituição. Já no Campus Saúde, 62 vigilantes terceirizados são responsáveis pela segurança sob a coordenação de um vigilante do quadro de pessoal da UFMG. Em ambos os campi, a segurança é feita 24 horas ininterruptamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Em caso de emergência, as pessoas devem entrar em contato com o DSU através dos telefones 3499-4100 e 3499-4383. O setor também desenvolveu um manual com dicas de segurança que pode ser visualizado no seguinte endereço http://www.ufmg.br/dsg/arquivo/DSU/dicas_seguranca.PDF

// notícias

Gratificação por encargo de curso ou concurso

O requerimento administrativo de pagamento da gratificação por encargo de curso ou concurso, na qual inclui a participação eventual em bancas examinadoras deve ser protocolado no Departamento de Administração de Pessoal da UFMG, na Unidade Administrativa III, Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha. Para isso, o docente poderá utilizar o requerimento disponível na página da Apubh (www.apubh.org.br), preenchê-lo e anexar os documentos comprobatórios da participação. Também no site encontra-se disponível para consulta a norma que regula o pagamento da gratificação por encargos de cursos ou concursos na UFMG, a resolução nº 14/2006, aprovada pelo Conselho Universitário em 26 de outubro de 2006 e a tabela dos valores pagos pela universidade, os quais são calculados em horas.

Prazo para adesão dos docentes ao Plano Ifes III

Desde 11 de dezembro, os docentes da ativa, aposentados e pensionistas podem aderir ao Plano IFES III. A iniciativa faz parte do Programa de Assistência à Saúde Suplementar e as despesas são divididas entre a Universidade e seus servidores. A Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFMG – Pro-RH, enviou correspondência a todos docentes e a ficha de inscrição encontra-se disponível na página da Minha UFMG. Os pensionistas devem comparecer ao Departamento de Administração de Pessoal, na Unidade Administrativa III (Avenida Antônio Carlos, 6.627, campus Pampulha), das 8h30 às 11h e das 13h às 16h30.

Mais informações podem ser obtidas na página da Caixa de Assistência à Saúde Universitária – Casu (www.casu.com.br), da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (www.ufmg.br/prorh) ou pelo telefone 3409-4308.

Fontes: UFMG online (http://www.ufmg.br/online), cartilha Casu (www.ufmg.br/prorh/arquivos/cartilha_casu_ufmg.pdf)

Para adesão ao Plano, os servidores da ativa, inativos e pensionistas devem apresentar além da ficha, os documentos abaixo listados:

- Servidor titular e pensionistas: contracheque (frente e verso), Carteira de Identidade e CPF.

- Dependente(s): Cônjuge: Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF.

- Companheiro (a): comprovação de união estável, Carteira de Identidade e CPF.

- Homoafetivo(a): comprovação de co-habitação por período igual ou superior a 2 (dois) anos, Carteira de Identidade e CPF.

- Filho(a) ou enteado(a): Certidão de Nascimento ou, se maiores de 18 anos, Carteira de Identidade e CPF;

Podem ser incluídos no plano:

- Enteado(a), se este(esta) for dependente, apresentar também Declaração de IRPF;

- Estudante entre 21 anos e 24 anos, apresentar também comprovação de matrícula em curso superior regular reconhecido pelo MEC.

- Menor sob guarda ou tutela: Termo de Guarda ou Tutela e Certidão de Nascimento ou, se maior de 18 anos, Carteira de Identidade e CPF.

- Filho(a), enteado(a) e menor sob guarda ou tutela inválidos, apresentar, além da documentação supramencionada, comprovação da invalidez.

- Pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia: Carteira de Identidade, CPF e comprovante de percepção de pensão alimentícia (contracheque do pagante).

~espaço associado

MENSAGEM DE FIM DE ANO

Diretoria da Apubh

2008 foi um ano de significativas mudanças e realizações na APUBH. Ano de eleição no sindicato, de eleições municipais e de eleição na maior nação do mundo. Em todos os pleitos, venceu a vontade da maioria, venceu a democracia. 2008 também foi o ano de muitas lutas pela melhoria nas condições de trabalho dos docentes e pelo respeito a seus direitos. Vimos o Reuni começar a ser implantado na UFMG e iniciamos uma caminhada de vigilância e reflexão sobre o seu impacto na universidade e principalmente no universo dos docentes.

Tivemos muitas vitórias e para a diretoria o que fica é o sentimento de dever cumprido e a promessa de mais luta, mais dedicação e mais esforço para garantir aos nossos filiados o melhor possível.

A APUBH continuará a fazer a sua parte!

FELIZ 2009!

Este espaço é destinado a publicação de artigos, crônicas, poesias, desenhos e ilustrações dos associados. O material deve ser enviado até o primeiro dia do mês par: comunicacao@apubh.org.br

A comissão editorial fará a seleção dos textos que serão publicados que devem ser escritos em fonte 12, com espaçamento simples e ter o mínimo de 2500 e o máximo de 3000 caracteres. Se houver necessidade, as correções serão solicitadas aos autores.

As fotos devem ter boa resolução.

O jornal da APUBH não se responsabiliza pelo conteúdo do texto enviado pelos colaboradores.

agenda apubh

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2009

A 9ª edição do Fórum Social Mundial – FSM:
"Um outro mundo é possível" será realizado de 29 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, em Belém do Pará.
Mais informações no site oficial do FSM 2009: www.fsm2009amazonia.org.br
telefone: 91-3222-8530 e pelos emails: escritorio@fsm2009amazonia.org.br comunicacao@fsm2009amazonia.org.br

35ª CAMPANHA DE POPULARIZAÇÃO DO TEATRO E DANÇA

O Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais - SINPARC promove de 05/01/2009 a 08/03/2009, a 35ª Campanha de Popularização do Teatro e Dança. As apresentações ocorrem em todos os teatros de Belo Horizonte e resgatam os grandes sucessos do ano de 2008. Os ingressos têm preços promocionais.
Mais informações pelo telefone 31- 3201-4369, e-mail: sinparc@ccentralpark.com.br
sinparc@ccentralpark.com.br ou página do Sinparc www.sinparc.com.br

FESTIVAL COMIDA DI BUTECO

O Governo do Estado de Minas Gerais, a prefeitura de Belo Horizonte e o Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau promovem a 9ª edição do Comida di Buteco de 06/01/2009 a 01/03/2009. A programação e a lista dos botecos participantes pode ser conferida no site www.comidadibuteco.com.br

apubh
Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

>> Página 16